

educação e democracia

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 14 • 2014

O ESTUDO DE RENOVAÇÃO  
URBANA DO BARREDO  
A FORMAÇÃO SOCIAL DO ARQUITECTO PARA  
UM TERRITÓRIO MAIS DEMOCRÁTICO

Gonçalo Canto Moniz

Luís Miguel Correia

Adelino Gonçalves

**Gonçalo Canto Moniz**, Licenciado em Arquitectura em 1995 no DARQ/FCTUC. Doutorado em Arquitectura, especialidade de Teoria e História da Arquitectura pela Universidade de Coimbra, em 2011. No DARQ|FCTUC, é docente das disciplinas de Projecto IV e de Seminário de Investigação em Arquitectura e membro da Comissão Editorial da e|d|arq. É investigador e membro da Direcção do CES.. E-mail: gmoniz@uc.pt

**Luís Miguel Correia**, Licenciado em Arquitectura pelo DARQ/FCTUC. Mestre em Engenharia Civil pela FCTUC. Doutorando no DARQ/FCTUC. Tem investigação nas áreas do património, território e paisagem. Assistente no DARQ/FCTUC. Autor e co-autor de projectos de arquitectura de natureza diversa. Destaque para as intervenções realizadas em património classificado, em colaboração directa com os extintos Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR) e Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). E-mail: lcorreia@darq.uc.pt

**Adelino Gonçalves**, Arquitecto e doutor em Arquitectura pela Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura da FCTUC. A par de actividades de urbanismo, arquitectura e design, desenvolve investigação sobre políticas urbanas e sobre a integração das problemáticas da reabilitação urbana e da salvaguarda patrimonial no desenvolvimento urbano. E-mail: amsg@uc.pt

## 1. O Barredo e o direito à cidade como direito público

Em finais de 2010 surgiram, com a *Primavera Árabe*, movimentos espontâneos à escala global, como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos da América e os *Indignados*, em Espanha, que em unísono reclamavam uma nova ordem mundial. Juntamente com as redes sociais *online*, as ruas e as praças das cidades recuperaram o seu papel de suporte da sociabilização, servindo de palco a um intenso quotidiano que acreditava na mudança.

Face à conjuntura dominada por grupos políticos, económicos e financeiros restritos, era reclamada uma verdadeira reconciliação entre os cidadãos e as instituições. Diante deste panorama, cabe pensar como poderão a arquitectura e os arquitectos colaborar na qualificação da cidade como território de inclusão?

Acautelando a distância e as diferenças que o tempo e os homens impõem, pode estabelecer-se um paralelo entre as recentes reivindicações e alguns propósitos que celebrizaram o *Maio de 1968* vivido nas ruas de França e, posteriormente, um pouco por todo o mundo. No contexto nacional, a Primavera Marcelista (1968) reivindicava o direito à cidade, entendida como território predominantemente público e democrático. Nessa época, a coberto de políticas de higienização dos espaços centrais das cidades que visavam a rentabilização dos solos, constituíram-se vigorosas acções de renovação que tiveram como consequência o desalojamento das classes residentes mais desfavorecidas, afastando-as para as periferias.

Contemporâneo destas reivindicações, o Estudo de Renovação Urbana do Barredo (ERUB) elaborado por um grupo de funcionários<sup>1</sup> da Direcção de Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas da Câmara Municipal do Porto, sob a coordenação de Fernando Távora, representa um importante ponto de viragem das teorias sobre o destino das cidades no contexto português. Como observou José Aguiar,

“[...] propondo uma salvaguarda baseada na cautelosa recuperação física do edificado, mas estreitamente ligada a respostas objectivas de satisfação das necessidades de conforto, higiene, de qualidade de vida da comunidade humana que ali habitava, [tornou-se] um estudo precursor das metodologias previstas no conceito, ainda hoje contemporâneo, de uma 'Reabilitação Urbana Integrada’”.<sup>2</sup>

Mas se é verdade que a área do Barredo serviu na década de 1960 como exemplo prático para enunciar uma nova política urbana através do ERUB, não é menos verdade

---

<sup>1</sup> A equipa era constituída pelo director dos Serviços de Habitação, engenheiro Luís de Noronha e Távora, pelo chefe da Repartição de Construção de Casas, o engenheiro Adriano Amendoeira dos Santos, o arquitecto Florêncio Neto de Carvalho, o construtor civil José Domingues Pereira dos Santos e o desenhador António Ferreira Maia. Este estudo teve ainda a colaboração de Maria Rosa Correia de Sousa, assistente social, e de Armando Dias Gomes, jurista municipal.

<sup>2</sup> AGUIAR, José – “Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico”. In CUSTÓDIO, Jorge *et al* (coord.) – *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 2010. ISBN 978-989-8052-20-9. p. 226.

que constituiu também um espaço de aprendizagem numa época em que a formação do arquitecto era objecto de debate e de revisão.

Assim, relativamente à questão inicialmente colocada, o ERUB é lido aqui sob os seguintes dois pontos de vista: enquanto espaço teórico de articulação entre a formação e a prática social do arquitecto; e enquanto palco de construção de um novo paradigma humanista para as políticas urbanas. No primeiro caso, é analisado o interesse conferido ao Barredo pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), no âmbito de experiências pedagógicas que procuravam integrar as preocupações de índole social na formação técnica e artística dos arquitectos. No segundo, observam-se sumariamente algumas características estruturantes do Estudo de Renovação do Barredo à luz do debate internacional coevo e analisam-se, em particular, os seus aspetos “sociais e humanos”, “urbanísticos e arquitectónicos”, “económicos e financeiros” e “administrativos”, tal como são identificados no capítulo 5 do seu relatório – “Proposta de Renovação”<sup>3</sup>.

Como conclusão, identificam-se as circunstâncias que contribuíram, e contribuem ainda, para o reconhecimento da importância do ERUB para as teorias urbanas no contexto português que, no nosso entendimento, estão intimamente relacionadas com a noção de património expressa mais tarde por Fernando Távora, dizendo que o

“[...] território tem que ser considerado na sua totalidade como património, isto é, como qualquer coisa que herdámos [e que] resulta duma criação permanente e colectiva e o próprio acto de recuperação do património tem de ser um acto de criação e não um acto de rotina burocrática ou de capricho pessoal”<sup>4</sup>.

## 2. O Barredo como espaço de formação do arquitecto na ESBAP

A relevância da investigação realizada na ESBAP para o ERUB é evidenciada nas primeiras páginas do relatório ao elencar os factores que justificavam a escolha do Barredo como “sector-piloto”: 1 – “[Ser] um aglomerado considerado pelo consenso geral da Cidade como caso típico de degradação em todos os aspectos, com extrema urgência de renovação e, também, [...] um aglomerado com reconhecido valor histórico e estético”; 2 – “a existência de um Centro Social que [...] serviria de ponto de apoio e elemento de contacto com a população”; 3 – “[A existência de] uma série de Relatórios elaborados por alunas do Instituto de Serviço Social que estagiaram no referido Centro e [constituíram um] elemento precioso para o conhecimento da situação sob o ponto de vista sócio-económico e habitacional”; 4 – “a existência de levantamentos de todas as habitações do Barredo elaborados por alunos da [...] (ESBAP)”<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> CMP – ERUB, p. 34-35.

<sup>4</sup>TÁVORA, Fernando – “Património”. In FORUM PORTUGALENSE. ASSOCIAÇÃO CÍVICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE – *Região Norte: o território, o homem, as actividades, as instituições (contributos para uma ideia ou as actas do I Congresso da Região Norte)*. Porto: Athena Editora, 1987. p. 56.

<sup>5</sup> CMP – ERUB, p. 1-4.

Na década de 1960, o curso de Arquitectura da ESBAP foi um espaço privilegiado para investigar os problemas urbanos e sociais, influenciado não só pelo ambiente de revisão em que se encontrava a Escola do Porto, mas também pelo contexto internacional vivido na época.

Nesse âmbito, Fernando Távora foi um dos seus protagonistas. O seu posicionamento crítico sobre o Barredo estava relacionado com um conjunto de posições e acções partilhadas com Octávio Lixa Filgueiras, seu colega de escola. Foi, com certeza, a sua filiação na pedagogia humanista de Carlos Ramos absorvida como aluno da Escola de Belas Artes do Porto (EBAP) (1941-50) e como seu assistente a partir de 1951, que orientou Fernando Távora no sentido de “organizar o espaço”, à escala do homem”<sup>6</sup>.

O interesse da ESBAP no Barredo é indissociável de uma transformação profunda dos métodos de ensino e dos objectivos da formação do arquitecto em curso na época. Já não se pretendia desenvolver apenas as funções artísticas e técnicas do arquitecto, mas também aprofundar a sua função social, como o registou Octávio Lixa Filgueiras em 1962 no título da sua dissertação *Da Função Social do Arquitecto*<sup>7</sup>.

Estas transformações no ensino de arquitectura decorreram da denominada *Reforma de 57* e traduziram-se, entre outros aspectos, na implementação de um novo currículo, na contratação de um conjunto significativo de novos assistentes e na criação de um centro de estudos. Foi neste contexto que Octávio Lixa Filgueiras foi convidado para assistente da ESBAP pelo director Carlos Ramos, com o pressuposto de integrar na escola um professor que partilhasse, de forma integrada, a visão do profissional e a visão do investigador.

Assim, no ano lectivo de 1958-59, Octávio Lixa Filgueiras pôs em prática um novo programa pedagógico para as disciplinas de *Arquitectura Analítica 1* e *Arquitectura Analítica 2*, do 1.º ciclo, articulando-as em torno de um programa alternativo que tinha como objectivo a substituição do estudo das ordens clássicas. Como referiu Nuno Portas num artigo na revista *Arquitectura*, pretendia-se promover o

“[...] estudo do problema-humano-que-carece-de-arquitectura [...] pela via do método (integrado na análise, na composição e na crítica) objectivando assim as relações entre sociedade e arquitectura, integrando na síntese da forma o conhecimento disponível sobre o homem para quem se constrói”<sup>8</sup>.

Entre os anos lectivos de 1958-59 e 1968-69, os exercícios lançados na ESBAP por Octávio Lixa Filgueiras na disciplina de *Arquitectura Analítica* denominaram-se “inquéritos urbanos” e ensaiaram diferentes abordagens ao “Estudo Analítico” das respectivas áreas de intervenção.

---

<sup>6</sup> TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. 3.ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1996. ISBN 972-9483-22-1, p. 14.

<sup>7</sup> Mais tarde publicada como FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. 2.ª ed. Porto: ESBAP, 1985.

<sup>8</sup> PORTAS, Nuno – “Uma experiência pedagógica na E.S.B.A. do Porto”. *Arquitectura*. Nº 77 (1963). p. 16.

De facto, os “inquéritos urbanos” constituíram uma referência fundamental para compreender a formação social do arquitecto neste período na ESBAP. O objecto de estudo destes exercícios era a cidade, com especial atenção para os sectores da “cidade operária” do Porto, nomeadamente, a *Zona da Universidade* (1961-62), *Matosinhos* (1962-63), *Miragaia* (1963-64), o *Barredo* (1964-65 a 1968-69), *Nasoni* (1964-65 a 1965-66) e a *Rua do Almada* (1966-67 a 1968-69).

Nas palavras do próprio Octávio Lixa Filgueiras,

“[...] preparar para uma profissionalização correcta, o que quer dizer responsável, encontra-se na base destas experimentações: para cada ano escolar vencido, cada aluno deveria poder assumir uma progressiva e efectiva qualificação para trabalhar em sectores fundamentais das estruturas da sociedade [...]”<sup>9</sup>

Assim, esta “aproximação ao real”<sup>10</sup> foi ensaiada pela primeira vez em Portugal num curso de arquitectura como tema e objecto de trabalho, levando os alunos a usar o desenho e a fotografia como instrumentos privilegiados de “conhecer para compreender”<sup>11</sup>. De acordo com Octávio Lixa Filgueiras, a metodologia de análise era orientada “pelos caminhos da ambientação urbana e dum inquérito directo de ocupação”<sup>12</sup>. Sucessivamente, estas “operações”, como também eram denominadas, foram procurando conferir maior rigor às metodologias de análise com o objectivo de qualificar o trabalho académico e assim disponibilizá-lo à sociedade através do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, especialmente à Câmara Municipal do Porto, como aconteceria no caso do ERUB.

Se o primeiro “inquérito” à *Zona da Universidade* deu especial importância ao ambiente urbano – às ruas, às fachadas e ao espaço público –, os “inquéritos” posteriores realizados em *Matosinhos*, no *Barredo* e em *Miragaia*, revestiram-se de um cariz sociológico e antropológico para compreender a articulação entre a *arquitectura* e o *homem*, a partir da relação entre o *público* e o *privado*.

De um modo geral, a metodologia seguida nestes trabalhos era a mesma dos projectos de arquitectura, ou seja, partindo-se do geral para o particular, do trabalho de equipa para o trabalho individual e da análise para a síntese. A sua organização fazia-se, num primeiro momento, com a distribuição de um quarteirão a cada uma das equipas, constituídas por três a quatro alunos. Estas equipas deviam realizar o levantamento arquitectónico e social do seu conjunto edificado e a partir daí cada aluno desenvolveria uma proposta de reorganização dos espaços. De seguida, os alunos estudavam com detalhe os espaços interiores, desenhando-os e fotografando-os (fig.1), incluindo os objectos do quotidiano.

---

<sup>9</sup> FILGUEIRAS, Octávio Lixa – “Inquéritos Urbanos – Experiências Pedagógicas da Escola Superior de Belas Artes do Porto entre 1961 e 1969”. *Urbanização. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. Nº 1 (1970). p. 10.

<sup>10</sup> FERNANDEZ, Sérgio – *Percursos. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: FAUP Publicações, 1988. p. 93.

<sup>11</sup> FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Da função social do arquitecto...*, p. 16.

<sup>12</sup> FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Inquéritos urbanos...*, p. 14.

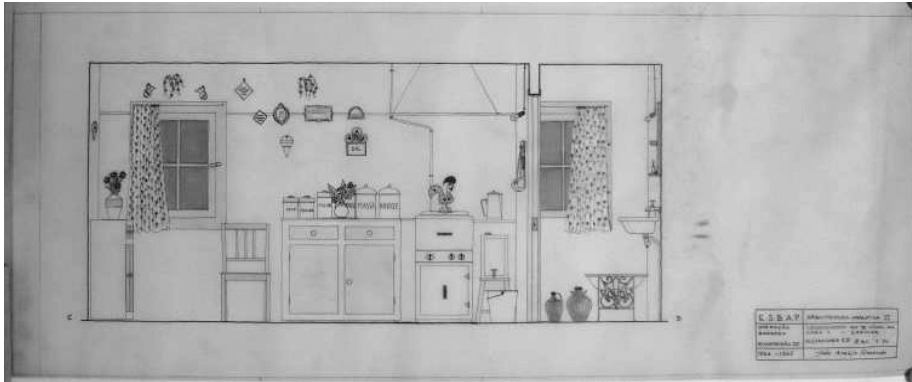


Fig.1: João Resende, “Operação Barredo, Quarteirão n.º 4, Cozinha da Casa 1”  
*Arquitetura Analítica 1*, 1964-65, Professor Octávio Lixa Filgueiras.<sup>13</sup>

Depois do arranque das “operações”, Octávio Lixa Filgueiras propôs, com o aval de Carlos Ramos e o apoio de Arnaldo Araújo, que a operação *Matosinhos* (1962-63) envolvesse toda a escola, alargando-se às disciplinas de *Composição de Arquitectura* e de *Urbanologia*, bem como aos cursos de *Pintura e Escultura*.

Se Matosinhos foi o caso de estudo que integrou a disciplina de *Arquitetura Analítica* no contexto global do curso, coube ao Barredo constituir-se como causa do desenvolvimento de um estudo mais aprofundado de um contexto social urbano particular, possibilitando a Octávio Lixa Filgueiras consolidar os seus métodos de análise. Assim, um dos aspectos fundamentais que era considerado nos trabalhos em equipa, era o facto de não deverem cercear o desenvolvimento individual do aluno. Outro ponto relevante era o contacto directo com o caso de estudo através dos levantamentos, em que os desenhos deviam fazer a síntese entre representação e a interpretação.

No ano lectivo de 1967-68, Fernando Távora deu continuidade às experiências “analíticas” de Octávio Lixa Filgueiras na disciplina de *Composição de Arquitectura 3* do 5.º ano do curso, levando para a escola o ERUB que já estava a desenvolver na Câmara Municipal do Porto. Nesse âmbito, o trabalho “Zona do Barredo – Estudo de Recuperação Parcial” foi lançado com o objectivo de solucionar o problema da habitação no centro histórico, bem como ensaiar programas e estudos para o novo Centro Social.

Como mostra, a título de exemplo, a proposta desenvolvida por Alexandre Vasconcelos no âmbito deste exercício (fig.2 e fig.3), além do problema da habitação, os trabalhos deviam incidir na reabilitação do espaço público a partir do quarteirão. Ao contrário das propostas de *tábua rasa* do plano de 1962 coordenado por Robert Auzelle, Fernando Távora orientava os alunos para interpretarem de forma sensível as características identitárias do quadro físico e social do Barredo.

<sup>13</sup> Arquivo CDUA-FAUP.



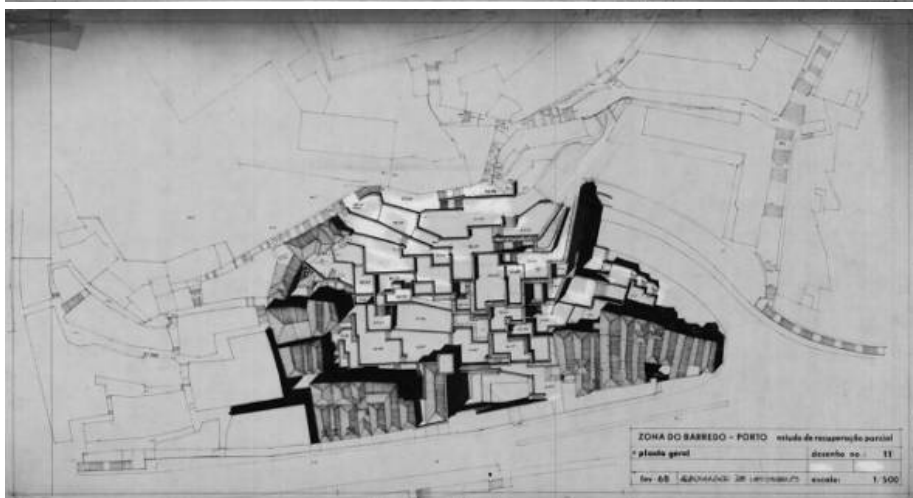


Fig.2 e 3: Peças desenhadas do trabalho de Alexandre Vasconcelos, “Zona do Barredo, Estudo de Recuperação Inicial”, *Composição de Arquitetura* 3, 1967-68, Professor Fernando Távora.<sup>14</sup>

Na ESBAF, o Barredo constituiu, pois, um laboratório de ensaio de metodologias de intervenção na cidade existente, a partir de um conhecimento profundo da sua realidade física e social. Os trabalhos lançados por Octávio Lixa Filgueiras reflectiam as suas preocupações sobre a função social do arquitecto, tal como as registou num artigo publicado em 1970 na revista *Urbanização*, no qual fazia um balanço da sua actividade docente e dizia que “o conceito de vida, a vida dos outros, deve ter ficado incrustada nas

<sup>14</sup> Arquivo Octávio Lixa Filgueiras.

recordações e nas preocupações dos futuros profissionais, como prevenção contra os devaneios e riscos de um messianismo de gabinete”<sup>15</sup>.

Imbuído do mesmo espírito, Fernando Távora apelava aos seus alunos um posicionamento perante a profissão do arquitecto onde “a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo”<sup>16</sup>. Nas suas abordagens pedagógicas, Fernando Távora e Octávio Lixa Filgueiras procuravam formar um arquitecto com uma forte consciência crítica e social, em oposição ao arquitecto “lápismaravilhoso”, como referiria Távora mais tarde<sup>17</sup>.

### 3. O Barredo na defesa de uma nova política urbana

Nas primeiras décadas do século XX, a *cidade antiga* foi objecto de duas visões políticas e culturais desiguais: uma, atenta à condição do homem moderno, que reivindicava a sua actualização, se necessário fosse, com o sacrifício da *história*; outra, defendendo a cristalização da *memória* através da conservação e restauro das construções com valor histórico e artístico. Ambas as visões foram objecto de registo doutrinário em duas *Cartas de Atenas*. A primeira, também conhecida como *Carta do Restauro*, foi produzida no âmbito do I Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, que teve lugar em 1931, em Atenas. A segunda, resultou do IV Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM) que também teve lugar na capital grega em 1933.

Um aspecto que paradoxalmente une as orientações de cada um destes documentos doutrinários é o facto de a *cidade antiga* ser reduzida aos seus edifícios mais notáveis – os monumentos. Assim, ainda que de forma redutora, pode afirmar-se que as demolições e desobstruções feitas para isolar os monumentos, são um ponto de convergência das resoluções e conclusões das duas *Cartas de Atenas*.

Com a “revisão do moderno” e com aproximação ao valor da *história* a partir da década de 1950, por um lado, e com o alargamento da noção de monumento a realizações menores associada à salvaguarda dos respectivos contextos, por outro lado, emergiria uma nova orientação para os destinos da cidade, da paisagem e do território.

No contexto italiano, um conjunto de cidades da Emilia Romagna constitui-se no final da década de 1950 como um laboratório de políticas urbanas que defendiam que os centros históricos deviam constituir um factor de coesão urbana e deviam, por isso, ser integrados nas dinâmicas de desenvolvimento local. Desde então, estabeleceu-se uma corrente de pensamento que considerava que a dispersão urbana e a terciarização intensiva das áreas centrais constituíam processos de desagregação que resultariam no estiolamento da urbe enquanto suporte de urbanidade.

---

<sup>15</sup> FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Inquéritos urbanos...*, p. 10.

<sup>16</sup> TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço...*, p. 75.

<sup>17</sup> TÁVORA, Fernando – “A Interessante Experiência realizada na Escola de Belas Artes com o Curso de Arquitectura”. *Jornal de Notícias*. 6 de Janeiro de 1971, p. 3.

Giuseppe Campos Venuti, Pier Luigi Cervellati, Roberto Scannavini e Bernardo Secchi são algumas das vozes desta corrente de pensamento que nas últimas duas décadas do século XX, defenderam a necessidade de reorientar a urbanística no sentido de se conjugar a clarificação dos territórios já urbanizados e a requalificação da cidade existente, em detrimento da sua expansão e do correspondente consumo de solos<sup>18</sup>.

Campos Venuti, que coordenou naquela altura a elaboração de planos directores de algumas cidades daquela região italiana, nomeadamente Bolonha, defendia a necessidade de criar uma política urbana alternativa e dizia que

“[...] el aspecto esencial de esta alternativa es dirigirse al interior más que al exterior del organismo urbano, apuntar a una reorganización de la ciudad existente más que a su expansión indiscriminada, vigilar la calidad de la vida ciudadana en lugar de incrementar el número de habitantes”.<sup>19</sup>

Como disse Ana Pinho a propósito do Plano do Centro Histórico de Bolonha e da Revisão do Plano Regulador Geral, aprovados entre 1969 e 1970, respectivamente, passou-se “para uma política de contenção e controlo da expansão urbana, coordenada com uma estratégia de retorno e de reaproveitamento do centro”<sup>20</sup>, através do melhoramento do espaço físico e dos serviços e equipamentos públicos e, ainda, através da participação democrática nos processos de decisão.

Mau grado os problemas surgidos neste processo, conseguiu-se “salvaguardar o património e manter grande parte da população no centro da cidade”<sup>21</sup>.

No contexto português, a primeira expressão desta corrente de pensamento foi o ERUB, dando voz à ideia de que a reabilitação urbana não é uma questão que se limita à melhoria do quadro físico das áreas degradadas, mas sim uma questão ampla de políticas urbanas sectoriais e de práticas urbanísticas que não se devem circunscrever a esses sectores e que, no limite, dizem respeito à globalidade dos territórios municipais (fig.4 e fig.5).

Precisamente com este sentido, era dito no relatório do ERUB que

“[...] sob o ponto de vista urbanístico as operações de renovação urbana deverão enquadrar-se num conceito global de Cidade dado que são operações que, pela sua importância e suas

---

<sup>18</sup> Entre outros contributos destes autores que expressam esta visão, referimo-nos em particular a: VENUTI, Giuseppe Campos – *Urbanismo y austeridad*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1978; VENUTI, Giuseppe Campos – *La Terza Generazione dell'Urbanistica*. Milano: Franco Angeli, 1987; CERVELATTI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto – *Bologna: politica e metodologia del restauro nei centri storici*. Bologna: Il Mulino, 1973; CERVELATTI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto – *La nouvelle culture urbaine. Bologne face à son patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil, 1977; SECCHI, Bernardo – “Le condizioni sono cambiate”. Casabella. N.º 498/9 (1984). p. 8-13; SECCHI, Bernardo – *Il racconto urbanistico. La politica della casa e del territorio in Italia*. Torino: Giulio Einaudi, 1984.

<sup>19</sup> VENUTI, Giuseppe Campos – *Urbanismo y austeridade...*, p. 73.

<sup>20</sup> PINHO, Ana – *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Lisboa: [s.i.]. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 2009. Vol. I, p. 106.

<sup>21</sup> PINHO, Ana – *Conceitos e Políticas Europeias...*, p. 109.

consequências, não se compadecem com uma visão do fenômeno em si, mas devem antes ser encaradas como elementos fundamentais e pólos dinamizadores de uma reestruturação urbana”.<sup>22</sup>



Fig.4: Barredo.<sup>23</sup>



Fig.5: Barredo. Localização na Cidade.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> CMP – ERUB, p. 37.

<sup>23</sup> CMP – ERUB, *fotografia 4*.

<sup>24</sup> CMP – ERUB, *desenho 3*.

Além disso e defendendo a necessidade do planeamento de qualquer área urbana ser integrado, também era dito que

“[...] nada vive isolado numa Cidade: ao pensar-se, por exemplo, na programação e construção no Centro Direccional do Campo Alegre, provocado em parte pela existência da Ponte da Arrábida, não poderá deixar se pensar-se no destino do velho centro, cuja função será diversa mas que é elemento complementar daquele no todo da Cidade [...]”.<sup>25</sup>

O controlo dos problemas sociais do Barredo é uma característica extremamente importante do ERUB. Em jeito simbólico, defendia-se “que os homens valem infinitamente mais do que as casas”<sup>26</sup>, dando conta de princípios de gestão urbana que estavam a ser ensaiados na altura no referido caso de Bolonha e que a doutrina internacional relativa à salvaguarda do património arquitectónico viria a consagrar no seu corpo documental em torno do conceito da *integrated conservation*<sup>27</sup>.

Entre esses princípios contavam-se o envolvimento dos moradores nos processos de reabilitação urbana e o direito à permanência nas suas áreas de residência. Dando expressão a estes princípios é repetidamente referida no relatório do ERUB uma questão que constitui outra característica deste trabalho que deve ser relevada: a necessidade de a Câmara Municipal assumir uma postura proactiva para promover a reabilitação social e urbana de uma forma ágil, com base numa monitorização continuada do processo. A este respeito é dito que

“[...] tal tipo de actuação implica, necessariamente, agilidade, conhecimento exacto da situação, diálogo permanente com as realidades e com os homens, características com as quais a estruturas burocráticas são normalmente incompatíveis e que por isso, haverá que reformar de acordo com esse novo estilo que novas necessidades impõem. Este é quanto a nós, o grande desafio que uma operação de renovação, tal como a encaramos, lança a toda a estrutura da administração municipal”.<sup>28</sup>

Em síntese, como é dito na exposição dos seus objectivos, pretendia-se

“[...] através do Estudo de um caso típico e concreto e utilizando a experiência adquirida, definir as bases em que a acção municipal poderá exercer-se mais amplamente e não apenas nos sectores das ilhas mas em todos os outros sectores da Cidade que apresentem condições deficientes de habitação [...]”.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> CMP – ERUB, p. 38.

<sup>26</sup> CMP – ERUB, p. 32.

<sup>27</sup> Em termos concretos, referimo-nos à Carta Europeia do Património Arquitectónico de 1975, nomeadamente às disposições dos princípios 7 e 9, respectivamente, “A conservação integrada evita estes perigos” e “A conservação integrada só pode ser bem-sucedida com a cooperação de todos”. Vide COUNCIL OF EUROPE – *European Charter of the Architectural Heritage*. 1975.

<sup>28</sup> CMP – ERUB, p. 45.

<sup>29</sup> CMP – ERUB, p. 1.

Assim, se o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto<sup>30</sup> de 1956 visava a expansão da cidade com a “construção no prazo de dez anos de um mínimo de seis mil habitações, expressamente destinadas a outras tantas famílias [...] moradoras nas ilhas e bairros insalubres de natureza semelhante existentes na cidade”, o ERUB assentava numa visão diferente para solucionar o problema, sensível do ponto de vista social e cultural, mas também sensível e consciente das implicações políticas e metodológicas das suas propostas. Nomeadamente, com a defesa do seguinte conjunto de orientações que deviam ser seguidas na reabilitação das áreas urbanas degradadas:

- a) A promoção socioeconómica dos moradores e sua participação nos processos;
- b) A valorização das construções ou conjuntos históricos, aceitando a sua actualização;
- c) A garantia do realojamento dos moradores nas áreas intervencionadas;
- d) A definição dos direitos de preferência quando o número de moradores excedesse a capacidade de alojamento dos edifícios;
- e) A definição dos princípios de actualização das rendas;
- f) A determinação dos princípios a serem seguidos para o município substituir os proprietários nos casos em que estes não realizassem as obras necessárias;
- g) A determinação dos critérios de expropriação;
- h) A definição das subvenções a conceder na realização de obras particulares.

“Continuar, [...] inovando” era a expressão usada no relatório do ERUB para identificar a orientação geral seguida na “Proposta de Renovação”<sup>31</sup> (fig.6).



Fig.6: *Barredo, Zona, Sector e Quarteirões.*<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Vide Decreto-Lei n.º 40616 de 28 de Maio de 1956, Diário do Governo, I Série, 108, p. 629-633. O prazo de execução de 10 anos estabelecido inicialmente, seria ampliado para 16 anos pelo Decreto-Lei n.º 47443 de 30 de Dezembro de 1966, Diário do Governo, I Série, 302, p. 2358-2359.

<sup>31</sup> CMP – ERUB, p. 33.

No que diz respeito aos princípios de actuação sobre os valores históricos e artísticos da área de intervenção, esta orientação metodológica do ERUB era acompanhada pela ideia de criar sínteses entre o mundo que herdámos e o mundo em que vivemos, com base em dois princípios fundamentais: “globalidade e abertura”<sup>33</sup>. *Globalidade*, na medida em que cada problema devia ser considerado de forma global e integrado. *Abertura*, na medida em que o processo devia ser permanentemente avaliado para identificar necessidades de intervenção não previstas ou estabelecer novos objectivos.

A harmonia entre tempos e valores aparentemente dissonantes era um propósito a que Fernando Távora chamaria “terceira via”<sup>34</sup> e estava já presente nas propostas do ERUB, designadamente, nas observações feitas relativamente ao “Valor Cultural” do Barredo e na leitura crítica dos “Planos e Realizações Anteriores de Renovação do Sector”<sup>35</sup>. Se no primeiro caso eram reprovados os constrangimentos estabelecidos pelos instrumentos legais que regulamentavam a protecção dos monumentos, no segundo, criticava-se a desconsideração dos valores da *história*, do *meio* e das *pessoas*, em prol da higienização da cidade existente e da sua expansão.

O Desenho n.º 11 do ERUB (fig.7) – “Valores Culturais e Turísticos” – mostra que uma parte expressiva desta área portuense estava coberta pelas zonas de protecção dos seguintes monumentos nacionais e imóveis de interesse público assim identificados: “1. Paço Episcopal”; “2. Sé Catedral”; “3. Casa do Infante”; “4. Fonte da Ribeira”; “5. Muralha Fernandina”. Significa isto que grande parte do Barredo estava sujeita às restrições estabelecidas pela legislação aplicável ao património arquitectónico à data do ERUB e, não menos importante, que o valor cultural desta área era resumido apenas a alguns dos seus edifícios.

Com forte sentido crítico desta visão cultural dos valores em presença na cidade, era dito no ERUB “que se trata de um critério de preservação defeituoso, baseado no prestígio do monumento e não no valor do conjunto, critério que, repetindo-se noutras zonas da Cidade, bem merece ser revisto pela Câmara Municipal do Porto”<sup>36</sup>.

Ou seja, se, por um lado, se defendia a actualização do Barredo no âmbito de uma visão global da cidade, por outro, reclamava-se o valor do conjunto com a defesa da identidade do seu quadro físico e social. Estes preceitos estão, aliás, presentes no capítulo do ERUB onde é feita a anteriormente referida leitura crítica dos “Planos e Realizações Anteriores de Renovação do Sector”<sup>37</sup>, no qual são analisados cinco casos,

---

<sup>32</sup> CMP – ERUB, *desenho 1*.

<sup>33</sup> CMP – ERUB, p. 34.

<sup>34</sup> TÁVORA, Fernando – “Coisa Mental. Fernando Távora. Entrevista de Jorge Figueira”. *Unidade*. Porto: AEFAUP. N.º 3 (1992), p. 102.

<sup>35</sup> CMP – ERUB, p. 12 e p. 27-31.

<sup>36</sup> CMP – ERUB, p. 13.

<sup>37</sup> CMP – ERUB, p. 27-31.

assim numerados e identificados: “4.1 Estudo de arranjo e salubridação” (fig.8); “4.2. Reconstrução a longo prazo” (fig.9); “4.3 Plano Director da Cidade” (fig.10); “4.4 Comissão de valorização das zonas antigas da Cidade”; “4.5 Edifícios sobre o muro da Ribeira” (fig.11).

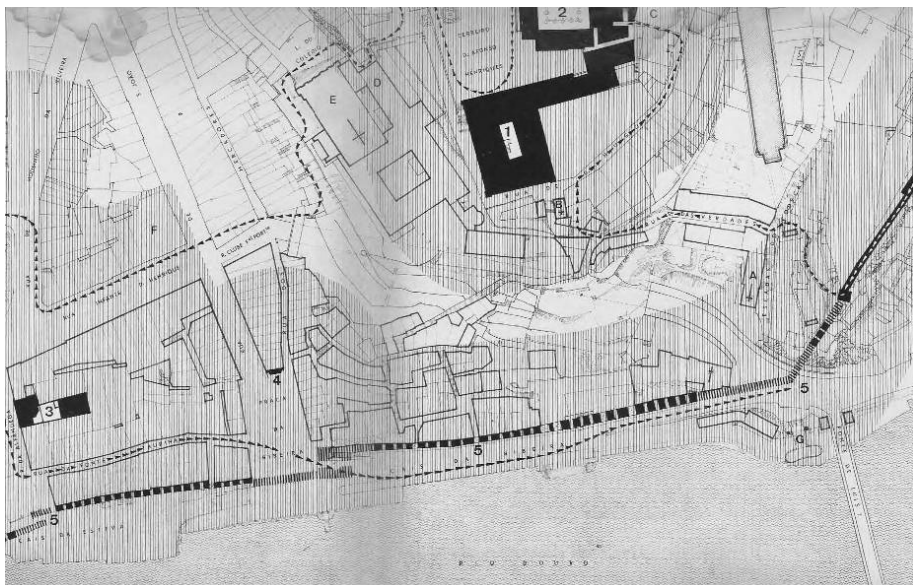


Fig.7: *Barredo, Valores Culturais e Turísticos.*<sup>38</sup>

Em termos sintéticos, estes cinco casos de estudos são agrupados em

“[...] duas posições-limite [...]: a posição [...] que previa a demolição total do sector, com exclusão dos edifícios considerados significativos, e sua reconstrução em linguagem contemporânea de arquitectura e de urbanismo; a posição [...] que consistia em introduzir pequenas beneficiações de carácter urbanístico e arquitectónico e, quanto ao problema da sobreocupação 'aceitar como facto consumado a situação actual de cada habitação e... não permitir a sua alteração sem que a Câmara intervenha a indicar as medidas de salubridade a adoptar.’”<sup>39</sup>

<sup>38</sup> CMP – ERUB, *desenho 11*.

<sup>39</sup> CMP – ERUB, p. 32.





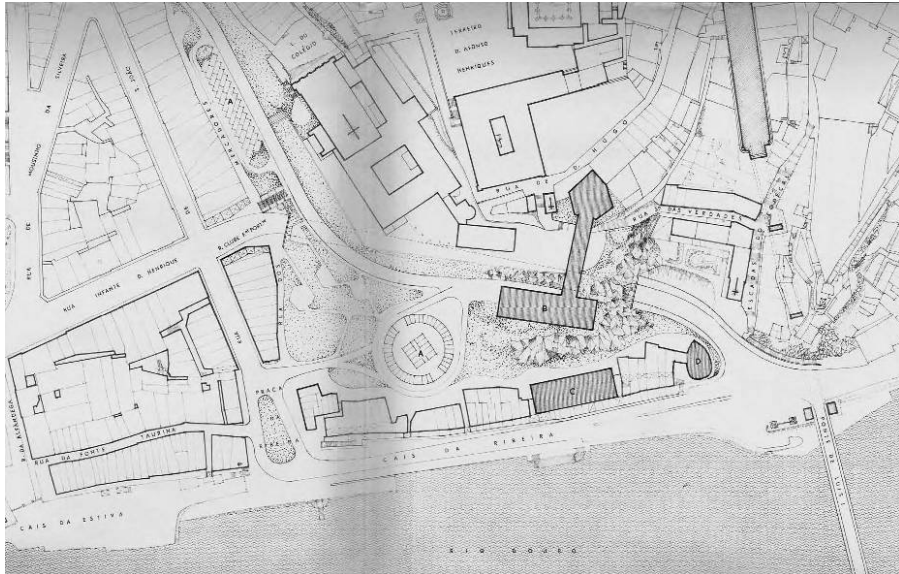


Fig.10: *Barredo, Proposta do Plano Director da Cidade do Porto.*<sup>42</sup>

Desde logo, era condenada qualquer proposta que fosse indiferente aos valores urbanísticos, arquitectónicos, humanos e sociais que, em conjunto, formavam a identidade dos sítios. Deste modo, se a proposta de “Reconstrução a longo prazo” desenvolvida pelo arquitecto Manuel Marques de Aguiar a título particular, era a mais agressiva, tanto o “Estudo de arranjo e salubridação” como o Plano Director da Cidade do Porto, ambos realizados no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto sob a coordenação do engenheiro José Júlio Afonso e do arquitecto Robert Auzelle, respectivamente, tinham como desígnio a limpeza higiénica de parte do sector do Barredo e a consequente “salvaguarda” e monumentalização dos “edifícios considerados significativos”.

Neste sentido, estas acções estão em continuidade com as intervenções efectuadas a partir de 1939 no *Terreiro da Sé do Porto*, sob a coordenação de Arménio Losa, que tiveram como pressuposto o isolamento da Sé Catedral, do Paço Episcopal e da Casa-Museu Guerra Junqueiro e a consequente demolição de diversos quarteirões envolventes.

Por último, embora não tenha sido aprovado, o trabalho elaborado nos serviços municipais pelo arquitecto Luís Cunha, denominado por “Edifícios sobre o muro da Ribeira”, iria merecer especial consideração por Fernando Távora, pelos seus aspectos “urbanísticos e arquitectónicos”, conquanto se refutasse a primeira destas circunstâncias:

<sup>42</sup> CMP – ERUB, *desenho 14*.



Fig.11: *Barredo, Estudo* proposto por Luís Cunha.<sup>43</sup>

“[...] a implantação prevista para a construção projectada insere-se no estudo proposto pelo Plano Director que apresenta, quanto a nós, o grave inconveniente de eliminar o espaço público interior ao muro da Ribeira, voltado a Sul, que existiu desde sempre, porquanto os edifícios demolidos no local não vinham à frente mas eram recuados”.<sup>44</sup>

Quanto aos aspectos “arquitectónicos”, tratava-se de um problema de linguagem, de confronto entre os valores da contemporaneidade e os do passado. Em sintonia com os princípios de uma “arquitetura moderna” defendidos por Fernando Távora (1952a), Luís Cunha sustentava que o novo edifício a construir junto ao muro da Ribeira devia ser realizado “de acordo com o nosso tempo”, acrescentando que “[...] dentro de um espírito actual, no sentido de não se limitar a reproduzir formas de varandas, cornijas, molduras de vãos ou outros quaisquer elementos existentes nas construções contíguas. Deve ter no entanto em conta a sua posição de elemento de um conjunto a que não pode ser quebrada a unidade [...]”<sup>45</sup>. Esta discussão em redor dos aspectos “arquitectónicos” tem relevância no ERUB. De forma inequívoca, era contestada a posição oficial da Junta Nacional da Educação (JNE) e preferido o “conceito” de intervenção proposto por Luís Cunha para os “Edifícios sobre o muro da Ribeira”, como aliás se pode ler na apreciação a este projecto: “merece o nosso inteiro apoio”<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> CMP – ERUB, *fotografia 25*.

<sup>44</sup> CMP – ERUB, p. 30.

<sup>45</sup> CMP – ERUB, p. 30.

<sup>46</sup> CMP – ERUB, p. 30.

Assim, em relação aos aspectos “arquitectónicos”, eram considerados no ERUB três casos distintos: “o das construções existentes a conservar e a renovar, o das construções a levantar de novo nas zonas renovadas e o das construções para o realojamento em novos aglomerados”<sup>47</sup>. Se em relação ao último destes casos era assinalado que devia ser objecto de futura análise, relativamente aos dois primeiros defendia-se uma nova atitude que viria a fazer doutrina: compreensão pelo conjunto e pelo pormenor relativamente às construções existentes e utilização de linguagens contemporâneas nas construções novas.

“É nossa opinião de que não devem ser conduzidos dentro de orientação purista de restauro, ainda por vezes corrente entre nós, os arranjos a efectuar; [...] Trata-se, insistimos, de um trabalho de extrema delicadeza, pois para além de todos os problemas humanos, económicos, técnicos e funcionais que apresenta, levanta problemas de carácter histórico que só poderão ser levados a bom termo com grande compreensão pelo conjunto e pelo pormenor. Caso contrário a renovação significará destruição. Quanto às construções a levantar de novo nos sectores renovados entendemos [...] que elas utilizem uma linguagem do nosso tempo, ainda que enquadradas nos múltiplos condicionamentos locais e em todo o espírito que preside ao critério de renovação”<sup>48</sup>.

Estes critérios seriam aplicados directamente no estudo realizado em dois quarteirões de amostragem localizados no interior do Barredo: Quarteirão QI (fig.12) e Quarteirão QIII.

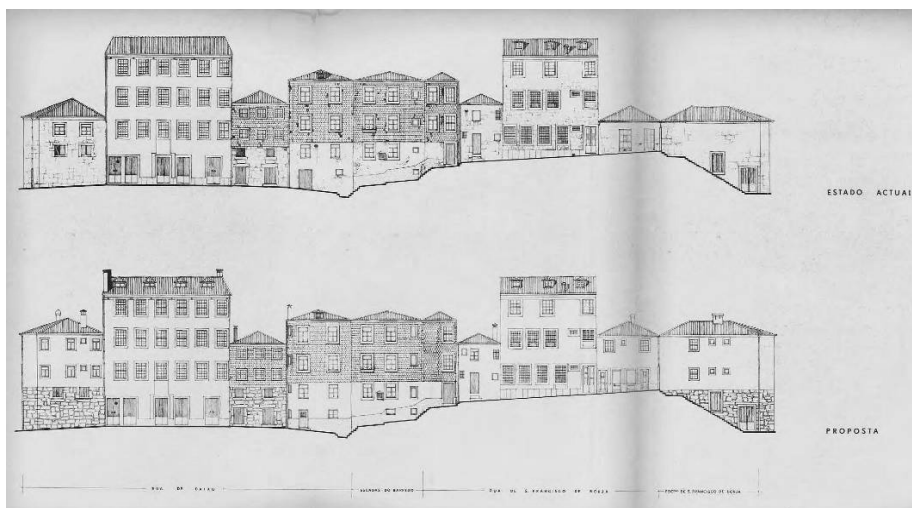


Fig.12: Barredo, Quarteirão QI, Alçado.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> CMP – ERUB, p. 39.

<sup>48</sup> CMP – ERUB, p. 40.

<sup>49</sup> CMP – ERUB, *Quarteirão QI, Alçado*.

Por último, o ERUB fixava a orientação proposta para a renovação do Barredo, passando a considerá-lo “um centro vivo” e sugeria que este sector-piloto servisse de modelo a outros sectores da cidade (fig.13).

“O plano enquadra-se no princípio anteriormente estabelecido de que o Barredo deve continuar-inovando-se, por um processo que na sua origem terá de ser rápido, dinâmico e total. Renovar o Barredo será assim ajudá-lo a despertar da sua letargia e apontar-lhe caminhos novos e florescentes, caminhos de vida e não caminhos de morte como os que actualmente prossegue, integrando-o humana, social e paisagisticamente na vida do Porto; não mais um gheto nem um monte de ruínas, mas um centro vivo e um belo elemento da paisagem urbana”.<sup>50</sup>

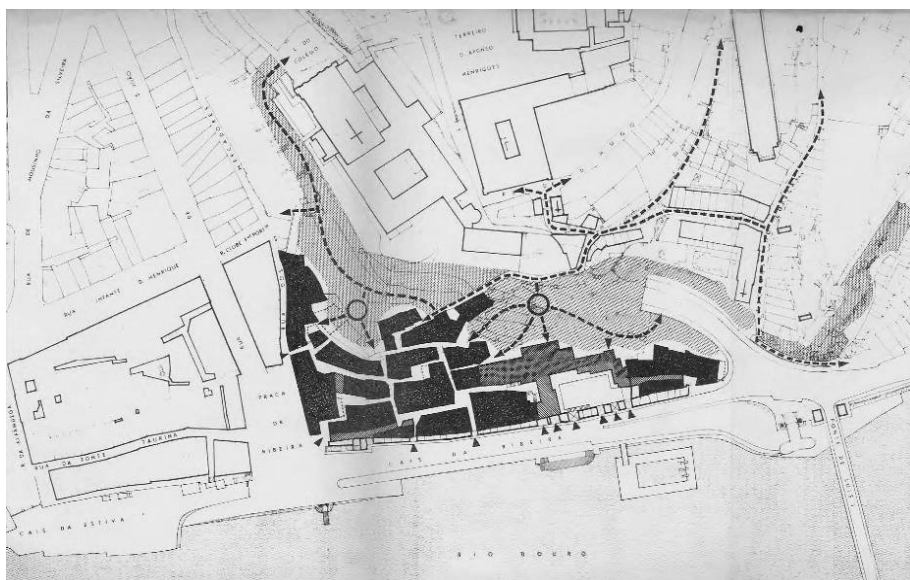


Fig.13: *Barredo, O Barredo Renovado*.<sup>51</sup>

#### 4. Conclusão

Contemporâneo das lutas e dos protestos que emergiram da Primavera Marcelista e do *Maio de 1968*, o ERUB reivindicava a defesa dos quadros físicos e humanos da cidade existente, face às tendências de exclusão social em voga.

Por este conjunto de circunstâncias, o ERUB constitui um marco na defesa de políticas urbanas socialmente sensíveis e atentas à problemática da coesão urbana. A realidade do desenvolvimento urbano até aos nossos dias processou-se, na maioria dos

<sup>50</sup> CMP – ERUB, p. 59.

<sup>51</sup> CMP – ERUB, *desenho 15*.

casos, de uma forma bem diferente dos princípios defendidos neste trabalho coordenado por Fernando Távora. Se o ERUB se caracterizava por ser social e culturalmente sensível ao quadro físico e humano de um sector do Porto, no desenvolvimento de uma política de reabilitação urbana integrada e enquadrada numa visão global das cidades, o actual despovoamento e degradação de grande parte dos centros históricos portugueses não representam a defesa de uma memória colectiva, mas antes o seu oposto: o “esquecimento colectivo” das áreas urbanas mais antigas das nossas cidades.

De facto, o ERUB não influenciou extensivamente as políticas urbanas públicas, tendo apenas um impacto pontual em programas como o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) (1974-75)<sup>52</sup>, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB) e em algumas orientações dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL), como o de Guimarães. Em todos, Fernando Távora esteve presente. Contudo não pode deixar de ser relevada a sua importância para a renovação da formação do arquitecto, que iria consolidar-se tanto na Experiência de 1970, como no debate pós-25 de Abril sobre as Bases Gerais para o Curso de Arquitectura<sup>53</sup>.

Sobre o caso particular do Porto, as palavras de Fernando Távora, coordenador do ERUB, resumem bem a sua importância:

“Para avaliar uma cidade como espaço organizado, apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas suas ruas, descer as suas encostas, subir aos seus pontos mais altos, habitar as suas casas, senti-la como organismo vivo que não para, que dia a dia se altera. [...] Três aspectos fundamentais se encontram, assim cremos, na base da organização espacial portuense: as condições naturais, o tipo de povoamento das zonas periféricas e a mentalidade do homem do Porto, aspectos estes que é impossível separar completamente, porquanto se interpenetram por tal forma que apenas a necessidade de analisar os acontecimentos pode justificar tal separação”.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. ISBN 978-972-8704-76-6. 448 p.

<sup>53</sup> Vide FERNANDES, Eduardo – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Guimarães: [s.i.]. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade do Minho, 2011; PAULINO, Raquel – *ESBAP|FAUP. O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um projecto pedagógico entre 1969 e 1989*. Porto: [s.i.]. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade do Porto, 2013.

<sup>54</sup> TÁVORA, Fernando – “Do Porto e do seu Espaço”. *Comércio do Porto*, Suplemento de Cultura e Arte. 26 de Janeiro de 1954, p. 6.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, José – “Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico”. In CUSTÓDIO, Jorge *et al* (coord.) – *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 2010. ISBN 978-989-8052-20-9. p. 219-235.
- BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. ISBN 978-972-8704-76-6. 448 p.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) – *Estudo de Renovação Urbana do Barredo (ERUB)*. Porto: CMP, Direcção de Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas, 1969. 119 p.
- CERVELATTI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto – *Bologna: politica e metodologia del restauro nei centri storici*. Bologna: Il Mulino, 1973. 292 p.
- CERVELATTI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto – *La nouvelle culture urbaine. Bologne face à son patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil, 1977. 188 p.
- COUNCIL OF EUROPE – *European Charter of the Architectural Heritage*. 1975. [Consult. 3 de Março de 2014]. Disponível em:  
<https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=2293984&SecMode=1&DocId=1141782&Usage=2>.
- FERNANDES, Eduardo – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Guimarães: [s.i.]. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade do Minho, 2011.
- FERNANDEZ, Sérgio – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. 2.ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1988. 207 p.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – “Inquéritos Urbanos – Experiências Pedagógicas da Escola Superior de Belas Artes do Porto entre 1961 e 1969”. *Urbanização. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. N.º 1 (1970). p. 3 - 30.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. 2.ª ed. Porto: ESBAP, 1985.
- PAULINO, Raquel – *ESBAP|FAUP. O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um projecto pedagógico entre 1969 e 1989*. Porto: [s.i.]. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade do Porto, 2013.
- PINHO, Ana – *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Lisboa: [s.i.]. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 2009.
- PORTAS, Nuno – “Uma experiência pedagógica na ESBA do Porto”. *Arquitectura*. N.º 77 (1963). p. 16-18 e p. 39-40.
- SECCHI, Bernardo – “Le condizioni sono cambiate”. *Casabella*. Milano: Electa Periodici. N.º 498/9 (1984). p. 8-13.
- SECCHI, Bernardo – *Il racconto urbanistico. La politica della casa e del territorio in Italia*. Torino: Giulio Einaudi, 1984, 188 p.
- TÁVORA, Fernando – “Do Porto e do seu Espaço”. *Comércio do Porto*, Suplemento de Cultura e Arte. 26 de Janeiro de 1954, p. 6.
- TÁVORA, Fernando – “A Interessante Experiência realizada na Escola de Belas Artes com o Curso de Arquitectura”. *Jornal de Notícias*. 6 de Janeiro de 1971, p. 3 e p. 9.

- TÁVORA, Fernando – “Património”. In FORUM PORTUCALENSE. ASSOCIAÇÃO CÍVICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE – *Região Norte: o território, o homem, as actividades, as instituições (contributos para uma ideia ou as actas do I Congresso da Região Norte)*. Porto: Athena Editora, 1987. p. 53-58.
- TÁVORA, Fernando – “Coisa Mental. Fernando Távora. Entrevista de Jorge Figueira”. Unidade. Porto: AEFAUP. N.º 3 (1992), p. 100-106.
- TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. 3.ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1996. ISBN 972-9483-22-1
- VENUTI, Giuseppe Campos – *Urbanismo y austeridad*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1978.
- VENUTI, Giuseppe Campos – *La Terza Generazione dell'Urbanistica*. Milano: Franco Angeli, 1987.